

EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS

**I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**

(CONSOLIDADO COM O EDITAL 003/2023)

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), torna pública a **abertura de inscrições** para o **I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS**, que será regido conforme as condições estabelecidas neste Edital.

I – DA FINALIDADE

1. O processo seletivo tem como finalidade preencher vagas destinadas aos estudantes dos níveis de ensino superior e médio regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino oficial, devidamente credenciadas na data de assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, autorizadas e/ou reconhecidas nos órgãos competentes e conveniadas com o MPMS, conforme detalhamento abaixo:

1.1. Estágio de nível médio em todas as comarcas, **exceto** Campo Grande e Coronel Sapucaia.

1.2. Estágio de nível superior, para graduandos em: Administração; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação/Jornalismo; Direito; Engenharia Ambiental ou Sanitária; Engenharia Civil; Engenharia da Computação; Engenharia Elétrica; Geografia; Letras; Publicidade e Propaganda; Segurança de Informação; Sistema de Informação; Sistema para Internet; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

2. O processo seletivo também tem como finalidade preencher vagas destinadas aos bacharéis em Direito e graduados em áreas afetas às funções institucionais do Ministério Público que estejam cursando programas de pós-graduação (MBA, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado), por instituição de ensino conveniada, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, **ou** que tenham concluído o curso de graduação dentro dos últimos 5 (cinco) anos, conforme detalhamento abaixo:

2.1. Programa de residência: bacharéis em Direito (em todas as comarcas exceto Coronel Sapucaia); e graduados em Administração; área Ambiental*; área de Tecnologia da Informação; Arquitetura e Urbanismo; Audiovisual; Ciências Contábeis; Comunicação/Jornalismo; Design Gráfico; Economia; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Estatística; História; Publicidade e Propaganda; Psicologia e Serviço Social.**

*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

**Análise de Sistemas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de *Software*, Licenciatura em Computação, Segurança de Informação, Rede de Computadores, Sistema de Informação, Sistema para Internet, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

3. Antes de realizar sua inscrição, o candidato deverá ler este Edital e certificar-se de que atenderá a todos os requisitos exigidos para o ingresso nas funções de estagiário ou de residente, conforme estabelecido nas Resoluções nº 15/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, e nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022, respectivamente.

II – DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1. O processo seletivo objeto deste Edital será executado pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC), reservando-se à Comissão Permanente do Processo Seletivo designada pelo Procurador-Geral de Justiça, por intermédio da Portaria nº 2636/2022-PGJ, de 2.6.2022, publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP-MS) nº 2.682, p. 2, de 7.6.2022, as decisões de mérito sobre os atos e fatos que envolvam o certame.

2. Este Edital tem por finalidade estabelecer as regras e as condições que serão observadas no procedimento de seleção de candidatos interessados em ocupar as vagas oferecidas neste processo seletivo.

3. O candidato será o único responsável pela tomada de conhecimento das atribuições da função, bem como das datas, locais, horários e procedimentos pertinentes regidos por este Edital.

4. O candidato deverá ler, conhecer e compreender este Edital, de forma clara, e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para se inscrever no certame para concorrer à vaga escolhida, sendo de sua exclusiva responsabilidade a inserção de documentos ou informações exigidas no Edital.

4.1. A efetivação da inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

5. O estágio e o programa de residência compreendem o exercício transitório de funções auxiliares do Ministério Público, conforme previsto na Lei Orgânica do MPMS (Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações).

5.1. O estágio é regido pelas disposições da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e o programa de residência foi autorizado no âmbito do Ministério Público brasileiro pela Resolução nº 246, de 24 de maio de 2022, do CNMP.

6. Os direitos, deveres e obrigações do exercício transitório da função de:

6.1. **Estagiário do MPMS** estão regulamentados pela **Resolução nº 15/2010-PGJ** (disponível no Portal do MPMS por meio do *link* <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/15128>), publicada no Diário da Justiça (DJ-MS) nº 2.247, de 30.7.2010, págs. 245-250.

6.2. **Residente do MPMS** estão regulamentados pela **Resolução nº 53/2022-PGJ** (disponível no Portal do MPMS por meio do *link* <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/67490>), publicada no DOMP-MS nº 2.806, de 15.12.2022, págs. 2-10.

7.1. **As seguintes disposições se aplicam ao estágio de nível médio/ensino médio.**

7.1.1. A carga horária para os **estagiários do nível médio** será de 20 (vinte) horas semanais, divididas em 4 (quatro) horas diárias, com bolsa-auxílio no valor de R\$ 711,57 (setecentos e onze reais e cinquenta e sete centavos), conforme redação dada pela Resolução nº 28/2022-PGJ, de 30 de junho de 2022.

7.1.2. Em nenhuma hipótese será contratado ou mantido na função o candidato aprovado que esteja cursando **somente dependência**.

7.1.3. Considerando que não pode ser admitido como estagiário de nível médio o estudante que já estiver no **último semestre do 3º ano do ensino médio**, tendo em vista a necessidade de cumprimento de pelo menos 6 (seis) meses letivos de estágio, em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 15/2010-PGJ, destaca-se que, para a opção de ENSINO MÉDIO, **serão aceitas apenas inscrições dos estudantes que se encontram matriculados no 1º e no 2º anos do ensino médio**.

7.1.3.1. O estudante de **nível médio** deverá, no momento da inscrição, selecionar o ano do ensino médio que estiver cursando.

7.2. **As seguintes disposições se aplicam ao estágio de nível superior/graduação.**

7.2.1. A carga horária do estágio e a bolsa mensal correspondente, conforme estabelecido na Resolução nº 1/2016-PGJ, de 17 de março de 2016, com suas alterações, serão:

7.2.1.1. Para os **estagiários de cursos de graduação em Direito**, especificamente, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, divididas em 4 (quatro) horas diárias, com bolsa-auxílio no valor de **R\$ 818,30** (oitocentos e dezoito reais e trinta centavos);

7.2.1.2. Para os **estagiários dos demais cursos de graduação** que cumprirem 5 (cinco) horas diárias ou 25 (vinte e cinco) horas semanais, a bolsa-auxílio terá o valor de **R\$ 941,05** (novecentos e quarenta e um reais e cinco centavos).

7.2.2. Em nenhuma hipótese será contratado ou mantido na função de estagiário o candidato aprovado que esteja cursando **somente dependência** ou **somente disciplina** em razão de **adaptação de grade**.

7.2.3. Para as vagas disponíveis aos **acadêmicos do curso de Direito (nível superior/graduação)**, apenas será admitido o candidato aprovado que, comprovadamente, até a data da posse, possua o aproveitamento de 50% (cinquenta por cento) das disciplinas no semestre anterior, salvo se não houver candidato que cumpra este requisito.

7.2.3.1. Para os **candidatos aprovados às vagas relativas aos demais cursos**, referido requisito estará dispensado, devendo ser observada apenas a disposição do item 7.2.2 deste capítulo.

7.2.4. Não será admitido ao estágio o estudante de **nível superior/graduação** que estiver matriculado no **último semestre do curso no momento da convocação**, tendo em vista a necessidade de cumprimento de pelo menos 6 (seis) meses letivos de estágio, em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 15/2010-PGJ.

7.2.5. As vagas serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

7.2.5.1. Após o prazo de inscrição, **não serão aceitos pedidos de alteração** da cidade indicada para concorrer ao credenciamento, com a ressalva do disposto no **capítulo IX, item 4.2**, que se refere excepcionalmente aos candidatos de Direito.

7.3. As seguintes disposições se aplicam ao programa de residência do MPMS.

7.3.1. A carga-horária do residente será de 30 (trinta) horas semanais e 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, devendo ser cumprida, preferencialmente, dentro do horário de expediente do MPMS, das 12h às 19h, com bolsa-auxílio no valor de **R\$ 1.980,00** (mil novecentos e oitenta reais).

7.3.2. Uma vez iniciado o programa de residência em período inferior a 5 (cinco) anos, contados da conclusão do curso de graduação, caso se complete o referido quinquênio durante a residência, esta poderá ser mantida desde que o residente esteja cursando pós-graduação dentro da sua área de formação, como condição ao exercício regular da residência.

8. Não será admitido como estagiário ou residente do MPMS o candidato aprovado que exerça função em diretoria de partido político, visto que esse tipo de atividade é incompatível com as funções previstas neste processo seletivo.

9. O estagiário e o residente terão direito ao auxílio-transporte, cujo valor corresponderá a 2 (duas) tarifas de transporte coletivo urbano por dia de frequência, considerando a tarifa fixada na capital de Mato Grosso do Sul como valor de referência, conforme ato do Procurador-Geral de Justiça do MPMS.

10. O período de estágio é de no máximo 2 (dois) anos e no mínimo 6 (seis) meses, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência, que poderá atuar até a conclusão do curso, conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 15/2010-PGJ.

10.1. Será compreendido como conclusão do curso na instituição de ensino, ainda que ocorra no período de vigência do Termo de Compromisso de Estágio, o encerramento do último semestre letivo para os estagiários tanto de nível superior/graduação quanto de nível médio.

11. A duração máxima do programa de residência será de 36 (trinta e seis) meses, de forma improrrogável, não gerando vínculo de qualquer natureza com a administração pública, e será condicionado, ainda, à necessidade e à conveniência administrativa, observando a disponibilidade orçamentária e financeira.

11.1. O Termo de Compromisso de Residência será de no mínimo 6 (seis) meses e de no máximo 1 (um) ano, prorrogável por termo aditivo pelo prazo de até 3 (três) anos, por requerimento do supervisor, que deverá avaliar a conveniência da renovação.

11.2. Na hipótese de o supervisor decidir pela não prorrogação do Termo de Compromisso de Residência, o residente será desligado automaticamente.

11.3. O residente que concluir o curso de pós-graduação durante o programa de residência poderá renovar o Termo de Compromisso de Residência mediante o início de nova pós-graduação, devidamente comprovado, nos termos da Resolução nº 53/2022-PGJ, observando-se, para tanto, o prazo máximo estabelecido no item 11 deste capítulo.

III – DAS VAGAS

1. O presente processo seletivo visa ao preenchimento das vagas de estágio e do programa de residência existentes nos cursos especificados no capítulo I, bem como à formação de cadastros de reserva, para o fim de suprir as vagas que vierem a surgir durante o seu prazo de validade nas comarcas indicadas no **Anexo I** deste Edital.

IV – DA SELEÇÃO

1. A seleção se dará por meio de: **prova objetiva e discursiva aos bacharéis em Direito (residência jurídica) e aos acadêmicos do curso de Direito (estágio de nível superior/graduação); e prova objetiva aos interessados nas vagas para outros cursos diversos (programa de residência e estágio de nível superior/graduação), bem como para os alunos do ensino médio**, nas quais serão avaliados, além do conhecimento específico, os conhecimentos gerais, conforme relação de matérias descritas no **Anexo II** deste Edital.

2. A prova será de caráter eliminatório e classificatório, avaliada de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, composta por questões objetivas do tipo múltipla escolha, contendo cada questão 1 (um) enunciado e 5 (cinco) alternativas identificadas pelas letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, entre as quais apenas uma será correta.

3. Será considerado aprovado o candidato concorrente às vagas destinadas aos **bacharéis em Direito (residente jurídico) e aos acadêmicos do curso de Direito (estagiário de nível superior/graduação)** que obtiver aproveitamento **igual ou superior a 50% (cinquenta por cento)** das questões formuladas na **prova objetiva** e aproveitamento igual ou superior a **50% (cinquenta por cento)** das questões da **prova discursiva**, e o candidato com pontuação abaixo desses índices será considerado reprovado.

4. Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato para as vagas de estágio de nível médio e de estágio de nível superior e residência nas áreas diversas que obtiver aproveitamento **igual ou superior a 30% (trinta por cento)** das questões formuladas na **prova objetiva**, e o candidato com pontuação abaixo desse índice, para as vagas de estagiário ou residente, será considerado reprovado.

V – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão realizadas, conforme definido no cronograma constante no **Anexo VIII** deste Edital, exclusivamente no período das **8h do dia 07 de junho de 2023 às 23h59min do dia 30 de agosto de 2023, horário oficial de Mato Grosso do Sul**, apenas pela internet, no endereço eletrônico www.fapec.org/concursos, onde estarão

disponibilizados, para preenchimento e impressão, o formulário de inscrição, o boleto bancário e o edital do processo seletivo, contendo toda a regulamentação.

1.1. Para efetivar a inscrição, devem ser realizados os seguintes passos:

- a) acessar o *site* da FAPEC por meio do *link* www.fapec.org/concursos;
- b) selecionar o *link* "Inscrições";
- c) clicar na opção "**I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS**";
- d) selecionar a vaga pretendida;
- e) preencher a ficha de inscrição;
- f) optar pelo município de realização da prova;
- g) concordar com as normas do concurso;
- h) confirmar dados – estes devem ser preenchidos corretamente, sob pena de eliminação do processo seletivo; e
- i) efetuar o pagamento do boleto bancário referente à taxa de inscrição dentro do prazo previsto para encerramento das inscrições, conforme o item 1.1.1 deste capítulo.

1.1.1. O **pagamento da taxa de inscrição** deverá ser efetuado, impreterivelmente, até o dia **31 de agosto de 2023**, observando sempre o horário de funcionamento do sistema bancário nacional.

1.1.2. Na "Área do Candidato", ficarão disponibilizadas todas as informações sobre os dados do candidato e sua inscrição.

1.1.3. O candidato deverá efetuar o pagamento do boleto bancário até **1 (um) dia útil** após o encerramento das inscrições, observando sempre o horário de funcionamento do sistema bancário nacional.

1.1.4. É de responsabilidade do candidato a atualização de seus dados cadastrais, tais como endereço completo, telefones e endereço eletrônico (*e-mail*), nos casos de alteração ocorrida após a inscrição.

1.1.5. As informações dos dados cadastrais prestadas no ato da inscrição serão de exclusiva responsabilidade dos candidatos.

1.1.6. No ato da inscrição, o candidato deverá optar pelo **município de realização da prova**.

1.1.7. A FAPEC não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ausência de conexão, falta de integridade dos arquivos enviados no sistema, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2. O candidato deverá recolher a taxa de inscrição no valor de:

- a) **R\$ 80,00 (oitenta reais)**, para os candidatos do **programa de residência**;
- b) **R\$ 40,00 (quarenta reais)**, para os candidatos de **estágio de nível superior/graduação**;
- c) **R\$ 20,00 (vinte reais)**, para os candidatos de **estágio de nível médio/ensino médio**.

2.1. A inscrição do candidato será efetivada somente após a confirmação, na FAPEC, do pagamento da taxa de inscrição pela rede bancária.

2.1.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato, 48 (quarenta e oito) horas após o pagamento, conferir, no endereço eletrônico <https://concurso.fapec.org>, se os dados da inscrição efetuada pela internet foram recebidos e se foi reconhecido o pagamento do valor da inscrição e se esta foi devidamente efetivada.

2.1.2. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a FAPEC, pelos telefones (67) 3345-5910 ou 3345-5915 e pelo *e-mail* concurso@fapec.org, para verificar o ocorrido.

2.1.3. O candidato deverá acompanhar a situação da inscrição pela área do candidato.

2.1.4. São vedadas as inscrições condicional, extemporânea, via postal, via fac-símile (*fax*) ou via correio eletrônico.

2.1.5. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou que forem realizados em instituições financeiras não oficiais ou correspondentes, assumindo o candidato a responsabilidade pelo pagamento e pela conferência de seu cômputo dentro da data prevista no item 1.1.1 deste capítulo.

2.2. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de decisão da Comissão do Processo Seletivo.

2.3. O candidato somente será considerado inscrito neste processo seletivo após ter cumprido todas as instruções previstas neste Edital e seu nome constar no edital de deferimento das inscrições.

3. Poderão ter isenção de taxa os candidatos amparados:

a) pela Lei Estadual nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002, com as alterações advindas da Lei Estadual nº 3.201, de 18 de abril de 2006, que trata de isenção da taxa de inscrição dos concursos públicos do Estado de Mato Grosso do Sul para desempregados, que deverão proceder conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 11.232, de 27 de maio de 2003, com as alterações advindas do Decreto Estadual nº 11.238, de 29 de maio de 2003, que regulamenta a referida lei e demais alterações;

b) pela Lei Estadual nº 2.887, de 21 de setembro de 2004, que trata de isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos por quaisquer dos poderes da administração pública do Estado de Mato Grosso do Sul aos doadores voluntários de sangue, e pela Lei Estadual nº 4.827, de 10 de março de 2016, com a redação dada pela Lei nº 5.129, de 27 de dezembro de 2017, referente aos doadores de medula óssea, que deverão proceder conforme disposto nessas leis; ou

c) pela Lei Estadual nº 5.386, de 30 de agosto de 2019, que institui a isenção da taxa de inscrição aos eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul que tenham prestado serviço eleitoral.

3.1. O candidato, para obter a isenção da taxa de inscrição, deverá acessar o endereço eletrônico www.fapec.org/concursos e:

a) efetuar no sistema a inscrição no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS;

b) assinalar “sim” no campo de solicitação de isenção;

c) anexar no sistema, **em um único arquivo em formato PDF**, o requerimento preenchido de isenção da taxa de inscrição, constante no Anexo IV deste Edital, juntamente à documentação comprobatória do direito à isenção da taxa de inscrição.

3.2. O candidato perderá os direitos decorrentes da isenção deste processo seletivo se não cumprir o estabelecido neste Edital.

3.3. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

3.4. O requerimento do pagamento de isenção do valor da inscrição será indeferido, se o candidato:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documentação;

c) deixar de apresentar qualquer dos documentos previstos nas referidas leis;

d) não observar a forma, o prazo e os horários previstos neste Edital; ou

e) não consignar, de forma expressa e precisa, as informações necessárias à sua avaliação, e/ou apresentar anexos que estejam ilegíveis, mesmo que parcialmente.

3.5. Os documentos, após sua entrega, não poderão ser substituídos ou devolvidos e não será permitido acrescentar outros documentos aos já entregues.

3.6 O candidato que tiver seu requerimento de isenção de taxa indeferido deverá efetivar sua inscrição em conformidade com o disposto no **item 1** deste capítulo.

3.7. A inscrição do candidato no processo seletivo implica o pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições estabelecidos no presente Edital e nas Resoluções nº 15/2010-PGJ e nº 53/2022-PGJ, dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

3.8. O candidato que tenha seu pedido de isenção de taxa indeferido e mantenha interesse em permanecer no processo seletivo deverá fazer o pagamento da respectiva inscrição até o dia **31 de agosto de 2023**.

3.8.1. O candidato que tenha seu pedido de isenção indeferido, caso não efetue o pagamento do boleto até a data de encerramento das inscrições, estará automaticamente excluído do processo seletivo.

3.9. Não serão estornados valores das inscrições daqueles candidatos contemplados com isenção e que já tenham efetivado o pagamento da inscrição a que se refere este Edital.

VI - CANDIDATOS QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO OU CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ATENDIMENTO

1. É assegurado ao candidato o direito de requerer atendimento diferenciado ou condições especiais de atendimento, mesmo que momentâneas, para realização das provas.

1.1. O atendimento diferenciado consistirá em: fiscal ledor, fiscal transcritor, intérprete de língua brasileira de sinais (libras), prova ampliada, acesso e mesa para cadeirante, tempo adicional para a realização da prova e espaço para amamentação ou outra necessidade a ser analisada pela Comissão do Processo Seletivo.

1.2. Não se incluem nos atendimentos diferenciados o atendimento domiciliar, o hospitalar e transporte.

1.3. O candidato que necessitar de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la durante o período das inscrições, por meio de formulário disponível no **Anexo III** deste Edital, o qual deverá ser anexado no ato da inscrição ou na área do candidato até o fim do período de inscrições.

1.4. Juntamente com o formulário do **Anexo III**, o candidato deverá dispor de documento legível que comprove a condição que motiva a solicitação de atendimento diferenciado ou a necessidade de condições especiais de atendimento”, para ser considerado válido para análise, o qual deve conter:

- a)** nome completo do participante e as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
- b)** diagnóstico com a descrição da condição que motivou a solicitação e o código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID 10); e
- c)** assinatura e identificação do profissional competente, com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), Registro do Ministério da Saúde (RMS) ou registro de órgão competente, em caso de apresentação de laudo médico ou profissional da área, sendo feita a verificação de seu registro junto ao respectivo órgão.

1.4.1. Os documentos descritos nos itens 1.3 e 1.4 deste capítulo deverão ser anexados no ato da inscrição ou posteriormente, dentro do período de inscrição, na área do candidato, **em um arquivo único em formato PDF** (com no máximo 2 MB).

1.5. O candidato que necessitar fazer uso de medicamentos e/ou equipamento médico imprescindível no decorrer das provas deverá informar a necessidade conforme estabelecido no item 1.3 deste capítulo.

1.5.1. Para a aplicação ou uso do medicamento e/ou equipamento médico imprescindível, o candidato deverá utilizar exclusivamente a sala de coordenação para uso e/ou aplicação, não sendo permitida a utilização dentro da sala de prova, salvo em casos de implantes e medicamentos subcutâneos, cuja deliberação será feita à parte pela Comissão do Processo Seletivo mediante apresentação do laudo médico (anexo no ato da inscrição).

1.5.2. O candidato estará a todo o momento acompanhado de um fiscal.

1.6. Em se tratando de solicitação de tempo adicional para a realização das provas objetiva e discursiva, o candidato também deverá encaminhar justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, em conformidade com o § 2º do art. 4 do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

1.7. Ao deficiente visual que solicitar prova especial ampliada serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

1.8. Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos **de até 6 (seis) meses** de idade durante a realização de provas, devendo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar levar acompanhante maior de 18 (dezoito) anos, que ficará em espaço reservado e se responsabilizará pela criança durante a ausência da mãe enquanto ela realiza o certame, não podendo em momento algum haver comunicação entre a candidata e o acompanhante quanto a questionamentos sobre a prova.

1.8.1. Para a realização da prova, a candidata lactante deverá levar acompanhante e fazer sua inscrição observando o preenchimento do requerimento específico constante no Anexo III deste Edital.

1.8.2. A candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal, contudo, nesse caso, o tempo de prova não será estendido.

1.9. Não será permitida a permanência de crianças menores de idade dentro do prédio de aplicação das provas, salvo no caso das crianças aludidas no item 1.8, quando houver candidata que seja mãe lactante.

1.10. Somente será concedido o atendimento diferenciado àqueles candidatos que cumprirem o estabelecido neste Edital, observados os critérios de viabilidade e razoabilidade.

1.11. O atendimento diferenciado para realização da prova não implicará a concorrência do candidato em vaga destinada a pessoa com deficiência.

VII – DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, AOS NEGROS E AOS INDÍGENAS

1. Ao **candidato que for pessoa com deficiência** é assegurado o direito de inscrição no presente processo seletivo, observadas as condições abaixo discriminadas.

1.1. Considera-se candidato com deficiência aquele que se enquadrar na definição do art. 1º da Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009), combinado com os arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e com o Decreto Federal nº 9.508/2018.

1.2. Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção.

1.3. Os candidatos com deficiência que forem aprovados no processo seletivo constarão de listagem geral com a divulgação do resultado, registrada a respectiva classificação, figurando também em listagem distinta, entre os candidatos inscritos nessa condição.

1.4. Ficam reservadas às pessoas com deficiência **10% (dez por cento)** do total de vagas a serem preenchidas, para os estudantes que, no momento da inscrição, declararem tal condição e cujas atribuições sejam compatíveis com as especificidades que possuem.

1.5. O candidato que pretenda concorrer às vagas reservadas deverá declarar, no ato da inscrição, sob as penas da lei, ser pessoa com deficiência, definindo a espécie, o grau ou o nível da deficiência correspondente.

1.6. Durante o período das inscrições, o candidato **deverá anexar em um único arquivo em formato PDF,** pela área do candidato, laudo médico de deficiência e/ou documentação complementar (exames que comprovem sua deficiência, Carteira Nacional de Deficiente), com os respectivos laudos médicos (com todas as páginas carimbadas e rubricadas pelo médico), conforme o art. 3º, IV, do Decreto Federal nº 9.508/2018, ou documentos congêneres que atestem a condição de pessoa com deficiência, não devendo esses laudos e a documentação conter quaisquer rasuras, para que essa condição de participação seja avaliada pela Comissão do Processo Seletivo.

1.7. Para assegurar previsão de adaptação de sua prova, o candidato deverá anexar a solicitação para realização de prova especial conforme estabelecido no capítulo VI.

1.8. O não atendimento aos itens acima sujeitarão o candidato à realização da prova nas mesmas condições que as pessoas sem deficiência.

2. Os candidatos poderão concorrer ao **Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais,** ficando reservadas aos candidatos que, no momento da inscrição, se declararem negros ou indígenas **as cotas de 30% (trinta por cento) e de 3% (três por cento),** respectivamente, das vagas a serem preenchidas, em observância à Lei Estadual nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 4.900, de 27 de julho de 2016, ao Decreto Estadual nº 15.788, de 7 de outubro de 2021, e à Resolução nº 217, de 15 de julho de 2020, do CNMP.

2.1. Serão considerados como minorias étnico-raciais, para fins do disposto no **item 2 deste capítulo,** os seguintes grupos:

2.1.1. Negros, definidos como aqueles classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou portadores do registro público indicando a sua categoria racial;

2.1.2. Indígenas, definidos como aqueles portadores da carteira de identidade expedida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) ou da carta da comunidade indígena à qual pertençam.

2.2. O candidato que, **no ato da inscrição,** declarou-se negro ou indígena deverá preencher o formulário disponível no **Anexo V,** e anexá-lo **em um único arquivo em formato PDF,** pela área do candidato, para que esta condição de participação seja avaliada pela Comissão do Processo Seletivo.

2.3. O candidato aprovado que se declarou negro ou indígena, após a divulgação do resultado da prova escrita e antes da homologação do certame, poderá ser entrevistado por integrantes da Comissão do Processo Seletivo ou por quem estiver nomeado para tanto, a fim de ser constatada a veracidade da declaração firmada pelo candidato inscrito como cotista.

2.4. O não atendimento aos itens acima excluirá o candidato inscrito na condição de negro ou de indígena da lista específica, permanecendo somente na listagem geral.

3. Conforme disposição do art. 49, § 7º, da Resolução nº 15/2010-PGJ, quando houver apenas 1 (uma) vaga a ser preenchida destinada aos cursos de nível médio e nível superior/graduação, e houver candidato com deficiência classificado para o cargo, ele deverá ser chamado para ocupar a vaga.

4. Havendo mais de uma vaga disponível, aos estudantes que concorrerem aos sistemas descritos nos itens 1 e 2 deste capítulo ficarão destinadas as vagas da seguinte forma:

4.1. Caso a aplicação do percentual estabelecido nos itens 1 e 2 resulte em número fracionado, este será arredondado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

4.2. Haverá reserva imediata de vagas para os candidatos deficientes nos cursos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco), ressalvada a situação prevista no item 3.

4.2.1. O primeiro candidato deficiente classificado no processo seletivo será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos deficientes classificados serão convocados, a cada intervalo de 10 (dez) vagas providas, para ocupar a 15ª, a 25ª, a 35ª e a 45ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

4.3. Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos negros nos cursos com número de vagas igual ou superior a 3 (três).

4.3.1. O primeiro candidato negro classificado no processo seletivo será convocado para ocupar a 3ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos negros classificados serão convocados, a cada intervalo de 3 (três) vagas providas, para ocupar a 6ª, a 9ª, a 12ª, a 15ª e a 18ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

4.4. Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos indígenas nos cursos com número de vagas igual ou superior a 17 (dezesete).

4.4.1. O primeiro candidato indígena classificado no processo seletivo será convocado para ocupar a 17ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos indígenas classificados serão convocados, a cada intervalo de 33 (trinta e três) vagas providas, para ocupar a 50ª, a 83ª, a 116ª e a 149ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

5. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, negro ou indígena participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange a conteúdo, avaliação, horário e local de aplicação de provas, ressalvada, no caso dos candidatos que se declararem deficientes, a situação quanto à forma de prestação e tempo de duração de provas, de acordo com o requerimento do candidato – com base em informação registrada no ato da inscrição – e mediante deliberação da Comissão do Processo Seletivo.

6. As vagas reservadas para candidatos deficientes, negros ou indígenas que não forem preenchidas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem de classificação obtida no processo seletivo.

7. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, pretendentes a concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência ou às cotas para negros e indígenas, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

VIII – DAS PROVAS – PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA

1. A prova escrita, **com duração de 4 (quatro) horas**, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada no dia **24 de setembro de 2023**, nos municípios de: Água Clara, Amambai, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Bandeirantes, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Campo Grande, Cassilândia, Chapadão do Sul, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Deodópolis, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Paranaíba, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Brillhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Terenos e Três Lagoas, em local e horário a serem divulgados nos portais do MPMS (www.mpms.mp.br) e da FAPEC (www.fapec.org/concursos), bem como no DOMP-MS.

1.1. A prova objetiva seguirá o detalhamento abaixo.

1.1.1. Será aplicada **prova objetiva** para todas as áreas de atividade, de caráter eliminatório e classificatório.

1.1.2. As questões serão do tipo múltipla escolha, contendo cada questão 1 (um) enunciado e 5 (cinco) alternativas identificadas pelas letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, com apenas 1 (uma) alternativa correta, abrangendo os objetos de avaliação constantes do **Anexo II** deste Edital, conforme os quadros a seguir:

ESTÁGIO DE NÍVEL MÉDIO			
CURSO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Ensino médio	Língua Portuguesa	15	2,0
	Matemática	15	
	Noções de Informática	10	
	Conhecimentos gerais	10	

ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR			
GRADUAÇÃO EM	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Direito	Noções de Informática	5	1,25
	Conhecimentos específicos	35	
	Redação (prova discursiva)	1	50,00
Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência da Computação; Engenharia da Computação; Segurança de Informação; Sistema de Informação; Sistema para Internet; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Língua Portuguesa	5	2,5
	Noções de Direito	5	
	Conhecimentos específicos	30	
Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação/Jornalismo; Engenharia Ambiental ou Sanitária; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Geografia; Letras; Publicidade e Propaganda	Língua Portuguesa	5	2,5
	Noções de Informática	5	
	Noções de Direito	5	
	Conhecimentos específicos	25	

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA			
RESIDÊNCIA	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Na área Jurídica	Noções de Informática	5	1,25
	Conhecimentos específicos	35	
	Redação (prova discursiva)	1	50,00
Na área de Tecnologia da Informação**	Língua Portuguesa	5	2,0
	Noções de Direito	5	
	Conhecimentos específicos	40	
Em Administração; área Ambiental*; Arquitetura e Urbanismo; Audiovisual; Ciências Contábeis; Comunicação/Jornalismo; Design Gráfico; Economia; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica;	Língua Portuguesa	5	2,0
	Noções de Informática	5	
	Noções de Direito	5	
	Conhecimentos específicos	35	

Estatística; História; Publicidade e Propaganda; Psicologia e Serviço Social.			
---	--	--	--

*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

**Análise de Sistemas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de *Software*, Licenciatura em Computação, Segurança de Informação, Rede de Computadores, Sistema de Informação; Sistema para Internet; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

1.2. A prova discursiva, que será aplicada apenas para os acadêmicos de curso de graduação em Direito, no caso de estágio de nível superior, e para os já graduados no curso de Direito que tenham se formado dentro dos últimos 5 anos ou que estejam a cursar alguma pós-graduação na área jurídica, no caso do programa de residência jurídica, seguirá o detalhamento abaixo.

1.2.1. Será corrigida a prova discursiva do candidato interessado nas funções de estagiário de nível superior em Direito ou residente jurídico habilitado na prova objetiva nos termos do capítulo IV, item 3, deste Edital.

1.2.2. A prova discursiva valerá 50,00 (cinquenta) pontos e consistirá na elaboração de texto de no mínimo 30 (trinta) e no máximo 40 (quarenta) linhas, e o candidato que redigir texto que não se enquadre nessas quantidades não terá sua prova discursiva corrigida e será **eliminada** do processo seletivo.

1.2.3. A prova discursiva será aplicada juntamente com a prova objetiva e serão considerados os seguintes aspectos, conforme especificado no **Anexo VII**, cujo texto segue transcrito:

- a) estrutura e desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo;
- b) organização e progressão textual;
- c) adequação temática;
- d) aspectos de coesão e coerência do texto; e
- e) emprego da norma culta da língua portuguesa.

1.2.4. O candidato deverá preencher a prova discursiva, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

1.2.4.1 Não haverá substituição da prova discursiva por causa de erro no seu preenchimento, sendo expressamente proibida a utilização de qualquer corretivo.

1.2.5. Receberá nota **zero** na prova discursiva e será **eliminada** deste processo seletivo o candidato que:

- a) não produzir o gênero textual solicitado;
- b) fugir à temática e à tipologia propostas;
- c) apresentar, em sua prova discursiva, qualquer marca, desenho ou elemento que o identifique;
- d) empregar menos de 30 (trinta) ou mais de 40 (quarenta) linhas em seu texto;
- e) não apresentar seu texto na prova discursiva;
- f) entregar a prova discursiva em branco;
- g) apresentar a prova discursiva com letra ilegível;
- h) apresentar a prova discursiva com espaçamento excessivo entre letras, palavras, linhas, parágrafos e margens;
- i) apresentar a prova discursiva desarticulada verbalmente ou com códigos alheios à língua portuguesa escrita;
- j) apresentar a prova discursiva apenas com números, escrita a lápis, ou com tinta em cor diferente das cores azul ou preta.

1.2.6. Os critérios de correção da prova discursiva estão descritos no **Anexo VII** deste Edital.

2. A nota da prova corresponderá à soma dos pontos atribuídos às questões, observando-se, no caso dos candidatos interessados nas funções de estagiário de nível superior em Direito ou de residente jurídico a soma da nota da prova objetiva com a da prova discursiva.

3. A FAPEC não enviará nenhum tipo de correspondência aos candidatos informando os locais e horários de realização das provas objetiva e discursiva.

3.1. É atribuída aos candidatos a responsabilidade pelo conhecimento dos respectivos locais e horários de realização das provas.

4. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica transparente azul ou preta e do original de um dos seguintes documentos de identidade:

- a) Registro Geral de Identidade (RG);
- b) Carteira de Identidade Militar;
- c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com foto;
- d) Carteira de identidade profissional emitida pelo órgão competente;
- e) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

4.1. **Não serão aceitos** como documentos de identificação:

- a) cópia do documento de identidade, ainda que autenticada em cartório, nem protocolo deste documento;
- b) certidões de nascimento;
- c) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) títulos eleitorais;
- e) carteiras de motorista (modelo sem foto);
- f) carteiras de estudante;
- g) carteiras funcionais sem valor de identidade;
- h) carteira/certificado de reservista;
- i) documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, ou qualquer documento digital;
- j) quaisquer outros não especificados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do item 4.

4.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda ou furto, deverá substituí-lo por documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, desde que não tenham se passado mais de 30 (trinta) dias de sua expedição, sendo nessa ocasião o candidato submetido à identificação especial, em formulário próprio, para coleta de dados, assinatura e impressão digital.

5. O candidato que, no momento da realização das provas objetiva e discursiva, não apresentar nenhum dos documentos de identidade constantes do item 4 não poderá realizá-las, sendo automaticamente eliminado do processo seletivo.

6. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

7. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo durante a realização das provas.

8. Para entrar na sala de provas, o candidato deverá identificar-se, apresentando ao fiscal o seu documento original de identidade, conforme o item 4 deste capítulo, e será identificado rigorosamente durante a realização das provas objetivas, devendo na ocasião assinar a lista de presença.

9. Não será admitido na sala de provas o candidato que se apresentar após o horário oficial de Mato Grosso do Sul estabelecido para o fechamento dos portões.

10. A ausência do candidato implicará sua eliminação do concurso, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

11. A duração total das provas será de **4 (quatro) horas** para todas as áreas.

12. O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar ao fiscal o cartão-resposta e, quando houver, a prova discursiva e somente poderá levar consigo o caderno de questões após decorridas 2 (duas) horas do início da prova.

12.1. Não será permitida a saída dos candidatos, mesmo que eliminados, do local de realização das provas antes de decorridas 2 (duas) horas do seu início.

13. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído as provas.

14. O candidato deverá transcrever todas as respostas para o cartão-resposta, que será o único documento considerado válido para a correção eletrônica, assim como deverá transcrever seu texto, em caso de prova discursiva, da folha de rascunho para a folha de redação definitiva.

15. O cartão-resposta e a folha de redação definitiva não poderão ser amassados, molhados, dobrados, rasgados, ou de qualquer modo danificados, sob pena de o candidato arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção das provas.

16. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato, por qualquer motivo, da sala de provas e em nenhuma hipótese será realizada qualquer prova fora do local, da data e do horário determinados.

17. Durante a prova, não serão permitidos:

- a) quaisquer tipos de comunicação entre candidatos;
- b) a utilização, o porte ou o manuseio de equipamentos eletrônicos de qualquer espécie (telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.) ou similares;
- c) o consumo de bebidas alcoólicas, cigarro ou similares;
- d) a utilização, o porte ou o manuseio de óculos escuros, relógios de qualquer espécie ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro etc.) ou similares, com exceção daqueles cujo uso se fundamente em motivo religioso ou em razão de tratamento médico;
- e) a utilização, o porte ou o manuseio de livros, dicionários, notas/anotações, réguas de cálculos, impressos ou quaisquer outros materiais de consulta que não sejam o estritamente necessário e expressamente permitidos para a realização da prova.

17.1. Recomenda-se ao candidato, no dia da realização das provas, não levar nenhum aparelho eletrônico.

17.2. Caso seja necessário o candidato portar aparelhos eletrônicos, estes deverão ser acondicionados, desligados e/ou com sua bateria removida, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela FAPEC, devendo permanecer embaixo da mesa/carteira, durante toda a aplicação das provas.

18. Será eliminado do **I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS** o candidato cujo celular ou qualquer outro aparelho eletrônico vibrar, tocar, bipar ou produzir qualquer tipo de alarme, mesmo que no modo despertador, durante a realização das provas, **ou que:**

- a) for surpreendido praticando quaisquer das condutas vedadas no item 17;
- b) for surpreendido portando celular fora da embalagem lacrada, mesmo que desligado;
- c) for surpreendido portando celular ligado, mesmo que dentro da embalagem lacrada;
- d) for surpreendido portando celular, mesmo que desligado, nos corredores do prédio;

e) for surpreendido portando algum item não especificado anteriormente que, após encaminhado para análise, se prove tentativa de fraude, caso em que será lavrado Termo de Eliminação e o candidato será excluído do certame – se não constatado o indício de tentativa de fraude ou qualquer outro ato que possa produzir prejuízo ao certame, o(s) item(ns) será(ão) condicionado(s) em embalagem fornecida pela FAPEC, que deverá ser lacrada e entregue a um fiscal, que irá acompanhar o candidato até a sala de provas e condicioná-la em embalagem embaixo de sua mesa/carteira;

f) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

g) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

h) se recusar a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

i) se afastar da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

k) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta ou a prova discursiva;

k) ausentar-se da sala portando o caderno de prova antes do horário permitido;

l) descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou no cartão-resposta;

m) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

n) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros;

o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma, ressalvado o disposto no item 20 deste capítulo;

p) deixar de assinar o cartão-resposta ou a prova discursiva; ou

q) não entregar ao fiscal da sala o cartão-resposta ou a prova discursiva.

19. Os demais pertences pessoais dos candidatos, tais como bolsas e sacolas, deverão ser acomodados no chão, embaixo da carteira do próprio candidato, onde deverão permanecer até o término das provas.

20. Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas de qualquer espécie, à exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e suas alterações, que dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas.

20.1. O candidato que estiver armado e for amparado pela citada lei deverá solicitar atendimento especial no ato da inscrição, conforme instruções contidas no item 1 do capítulo VI deste Edital.

20.2. O candidato que não atender o item 20.1 deste capítulo será eliminado do processo seletivo.

21. Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, este terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo.

22. Não será permitida, em hipótese alguma, no local de provas, durante sua realização, a permanência de pessoas acompanhantes de candidatos, com a ressalva do disposto no capítulo VI, item 1.8, excepcionalmente para as candidatas lactantes.

23. A FAPEC não se responsabilizará por perda ou extravio de documentos ou objetos do candidato nem por danos neles causados ocorridos nos locais de aplicação da prova.

24. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

25. À Comissão do Processo Seletivo reserva-se o direito de, a qualquer momento, mandar colher a impressão digital, para análise por especialistas em identificação, de qualquer candidato cuja documentação suscitar dúvidas.

26. Não haverá segunda chamada para as provas e nem realização de provas fora da data, do horário e do local estabelecidos para cada candidato.

IX – DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO

1. O resultado e a classificação, observado o disposto no capítulo IV, serão publicados por meio de edital nos endereços eletrônicos das entidades organizadoras, por cidade e em ordem decrescente de nota.

2. Em caso de empate na classificação, o desempate será feito em favor do candidato:

- a) de maior idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso];
- b) que obtiver a maior pontuação nas questões de conhecimentos específicos;
- c) que obtiver a maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;
- d) com mais idade entre os candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.

3. O acompanhamento das publicações e convocações divulgadas nos endereços eletrônicos do MPMS e da FAPEC e no DOMP-MS **são de inteira responsabilidade dos candidatos.**

4. **Haverá**, além da lista específica dos aprovados, **listas gerais de classificação**, compostas de todos os candidatos aprovados no processo seletivo, independentemente da cidade pela qual optaram, **para as vagas relativas a:**

- a) estágio na área de Direito;
- b) residência na área de Direito;
- c) residência na área de Tecnologia da Informação.

4.1. Para a composição da lista geral de classificação, será considerada a nota final de cada candidato, utilizando-se os critérios de desempate, conforme o item 2 deste capítulo.

4.2. **As listas gerais de classificação referentes aos estagiários e residentes da área jurídica** serão utilizadas apenas quando não houver candidatos aprovados ou remanescentes nos municípios disponíveis para realização do estágio ou da residência.

4.2.1. Ocorrendo tal fato, será publicado **aviso** para que os candidatos aprovados, constantes na lista geral de classificação, manifestem interesse na vaga disponível na localidade.

4.2.2. Para tal ocasião, os candidatos, atendendo às informações indicadas no Edital, deverão manifestar interesse no prazo de 3 (três) dias úteis da publicação do referido **aviso** no DOMP-MS, iniciando-se a contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte à publicação.

4.3. **A lista geral de classificação da área de Tecnologia da Informação** será utilizada quando houver necessidade de uma vaga na área de Tecnologia da Informação em unidade do MP não prevista inicialmente neste Edital.

4.3.1 Se houver necessidade de vaga de uma área específica, a lista será utilizada de acordo com a classificação da respectiva área.

4.4. O candidato que for convocado para exercer o estágio em qualquer das listas fica automaticamente excluído da outra lista, ou seja, se nomeado na lista da cidade pela qual optou no momento da inscrição para estagiar, fica excluído da lista geral e vice-versa.

5. Em relação aos candidatos que se enquadrarem nas hipóteses do capítulo VII deste Edital, haverá uma lista específica com seu posicionamento de acordo com a especificidade que tenham declarado em sua inscrição.

X – DOS RECURSOS

1. O candidato poderá recorrer, no prazo de 2 (dois) a partir da respectiva publicação:

- a) do resultado da análise de isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- b) da análise de atendimento diferenciado para a realização das provas;
- c) da divulgação preliminar dos candidatos inscritos;
- d) do gabarito preliminar da prova objetiva;

- e) do resultado preliminar; e
- f) do resultado da prova discursiva.

2. O requerimento de recurso deverá ser feito por escrito, assinado pelo candidato e dirigido ao Presidente da Comissão do **I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS**, devendo ser entregue conforme edital específico, que será divulgado a cada resultado.

3. Serão indeferidos os recursos que não observarem a forma e o prazo definidos neste Edital e os horários que serão definidos em edital específico.

3.1. Não será aceito recurso interposto por fac-símile (*fax*), telex, telegrama ou outro meio não definido nos editais específicos.

4. Se, após análise dos recursos, houver anulação de questões da prova, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos.

4.1. Se houver modificação no gabarito decorrente dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo.

XI – DA CONVOCAÇÃO E DA ADMISSÃO

1. Após concluídas todas as etapas, o processo seletivo será homologado por meio de aviso de homologação, após despacho do Procurador-Geral de Justiça.

2. A convocação dos candidatos aprovados ocorrerá no interesse da Administração Superior, por meio do aviso de convocação, que será publicado no DOMP-MS e divulgado no endereço eletrônico do MPMS.

3. A convocação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

3.1. A convocação dos candidatos se dará por período de estágio ou residência e conforme necessidade e interesse do MPMS, assim, caso o primeiro candidato da fila não tenha disponibilidade para determinado período, será chamado o próximo candidato aprovado para aquela vaga, resguardando-se ao candidato preterido a ordem de classificação para eventual convocação que se adequar ao turno em que seja possível que ele exerça a função.

3.2. A resguarda prevista no item 3.1 vale tão somente caso surja vaga compatível com a disponibilidade do candidato dentro da vigência do certame.

4. O candidato regularmente convocado deverá apresentar os documentos constantes no item 9 deste capítulo, conforme sua respectiva inscrição no processo seletivo, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em local, data e horário estabelecidos em aviso de convocação.**

4.1. Haverá a decadência do direito de credenciamento como estagiário ou residente no MPMS:

- a) caso o candidato não entregue os documentos no prazo indicado;
- b) não tendo manifestado opção por desistência formal ou por fim de lista, não entre em contato com o MPMS.

4.2. Após a entrega dos documentos, será confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio ou o Termo de Compromisso de Residência, conforme o caso.

4.3. O candidato convocado poderá formalizar sua desistência ou interesse em transposição para o final de lista, se for o caso.

4.4. Será admitido requerimento de candidatos para transposição de seu nome para o final da lista de classificação, **uma única vez**, para efeitos de futura convocação, durante o prazo de validade do processo seletivo.

4.5. No caso dos candidatos que se declararem conforme as especificidades do capítulo VII deste Edital, ao serem convocados pela lista de sua respectiva quota, poderão renunciar a essa convocação, passando a valer tão somente a sua classificação na lista geral, sem prejuízo de que, ao serem convocados pela lista geral, possam pleitear a transposição para o final da lista conforme a disposição do item 4.4.

5. A hipótese de prorrogação do prazo estabelecido para entrega da documentação poderá ser apreciada pela Coordenação da Gestão de Estagiários de Direito (no caso de estagiários e residentes da área jurídica) e pela Secretaria-Geral (no caso dos demais estagiários e residentes), desde que a circunstância e a motivação alegada impeçam o comparecimento do candidato.

6. A atualização dos endereços eletrônicos e de telefones para contato, bem como o acompanhamento das convocações, divulgadas no DOMP, bem como no endereço eletrônico do MPMS, são de inteira responsabilidade do candidato.

7. Não será confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio de candidatos aprovados:

- a) que estejam cursando somente dependência ou somente disciplina em razão de adaptação de grade;
- b) que já tenham ocupado, pelo período máximo de 2 (dois) anos, previsto na Lei Federal nº 11.788/2008, vaga de estágio remunerado no MPMS no mesmo nível e na mesma área;
- c) que tenham optado pela conversão de estágio de pós-graduação em programa de residência conforme o art. 34 da Resolução nº 53/2022-PGJ;
- d) que já tenham ocupado, pelo período máximo de 3 (três) anos, previsto no art. 9º da Resolução nº 53/2022-PGJ, vaga no programa de residência do MPMS para a mesma área.

8. Para admissão, **todos os candidatos** deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) fotocópia legível do RG e do CPF;
- b) 1 (uma) foto 3x4 (três por quatro), recente e colorida;
- c) atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio ou programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
- d) certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- e) declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 para os estagiários e de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução nº 53/2022-PGJ para os residentes (modelo disponível no Portal do MPMS em área sobre estágio/residência);
- f) ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS em área sobre estágio/residência);
- g) declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
- h) comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A.

8.1. É obrigatória para a admissão dos candidatos de nível médio e de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações, **não sendo aceitos documentos que não as contenham**:

- a) ano letivo, turno e semestre;
- b) a menção de que não há dependências ou reprovações;
- c) o número de dependências de disciplinas se houver;
- d) data prevista para conclusão do curso.

8.1.2. Todos os candidatos a estágio de nível superior/graduação deverão apresentar, junto à declaração do item 8.1, o respectivo histórico escolar.

8.2. O candidato aprovado para o programa de residência e convocado mediante aviso no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) deverá fornecer à GED, no caso de residente jurídico, e à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), nos demais casos, os seguintes documentos:

a) diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, *caput*, da Resolução CNMP nº 246.

b) **tendo mais de 5 anos de formado, apresentar** declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, em que constem as datas de início e término do curso e sua carga horária total – não será aceito documento que não contenha todas essas informações.

9. Em hipóteses específicas, a Comissão do Processo Seletivo terá ampla autonomia para requisitar de quaisquer fontes as informações necessárias sobre a vida pregressa e a personalidade do candidato, ampliando as investigações, quando for o caso, ao seu círculo familiar, social ou profissional.

10. A Comissão do Processo Seletivo também poderá solicitar auxílio à Corregedoria-Geral, ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), ao Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) e demais órgãos, servidores e membros do MPMS.

11. A Comissão do Processo Seletivo poderá realizar entrevista pessoal e reservada com os candidatos para esclarecimento de fatos e identificação de suas qualidades morais, sociais, educacionais e culturais.

12. O Procurador-Geral de Justiça providenciará o que for necessário para que a Comissão do Processo Seletivo realize a investigação social dos candidatos.

13. Será excluído, mesmo depois de homologado o resultado final do processo seletivo, o candidato a cujo respeito se verificar imputação de fato que o desabone no requisito idoneidade moral ou que, por outro motivo, não preencher as condições exigidas para as atividades funcionais de estagiário ou residente no MPMS.

14. Os documentos referentes à eventual investigação social serão sigilosos, sendo de consulta exclusiva dos integrantes da Comissão do Processo Seletivo e dos servidores designados para auxiliá-la.

XII – DO PRAZO DE VALIDADE

O presente processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, contado da data da sua homologação, prorrogável por até 1 (um) ano, a critério do MPMS.

XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O candidato poderá, a qualquer tempo, ser excluído do processo seletivo, desde que verificada qualquer ação ou omissão que caracterize conduta de má-fé ou para lograr proveito próprio ou de terceiros, assim também compreendida a apresentação de documentos que não correspondam à realidade de sua condição civil ou à veracidade da situação escolar no que diz respeito a matrícula e frequência no curso informado, bem como à conclusão de curso no caso dos interessados no programa de residência que não estejam cursando pós-graduação, por conta de sua limitação de 5 anos desde a graduação.

2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

Campo Grande – MS, 06 de junho de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

ANEXO I DO EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS

COMARCAS E VAGAS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO/PROGRAMA DE RESIDÊNCIA

MODALIDADE	CURSO	COMARCA
Estágio de nível médio	Ensino médio	Todas as comarcas (exceto Campo Grande e Coronel Sapucaia)
Estágio de nível superior/graduação	Administração	Campo Grande, Costa Rica, Dourados, Miranda e Ponta Porã
Estágio de nível superior/graduação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Ciência da Computação	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Ciências Contábeis	Aparecida do Taboado e Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Ciências Econômicas	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Comunicação/Jornalismo	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Direito	Todas as comarcas (exceto Coronel Sapucaia)
Estágio de nível superior/graduação	Engenharia Ambiental ou Sanitária	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Engenharia Civil	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Engenharia da Computação	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Engenharia Elétrica	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Geografia	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Letras	Bonito e Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Publicidade e Propaganda	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Segurança de Informação	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Sistema de Informação	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Sistema para Internet	Campo Grande
Estágio de nível superior/graduação	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Campo Grande
Programa de residência	Administração	Campo Grande
Programa de residência	Área Ambiental*	Campo Grande
Programa de residência	Área de Tecnologia da Informação**	Campo Grande
Programa de residência	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande
Programa de residência	Audiovisual	Campo Grande
Programa de residência	Ciências Contábeis	Aparecida do Taboado e Campo Grande
Programa de residência	Comunicação/Jornalismo	Campo Grande
Programa de residência	Design Gráfico	Campo Grande

Programa de residência	Direito	Todas as comarcas (exceto Coronel Sapucaia)
Programa de residência	Economia	Campo Grande
Programa de residência	Engenharia Civil	Campo Grande
Programa de residência	Engenharia Elétrica	Campo Grande
Programa de residência	Estatística	Campo Grande
Programa de residência	História	Campo Grande
Programa de residência	Publicidade e Propaganda	Campo Grande
Programa de residência	Psicologia	Campo Grande
Programa de residência	Serviço Social	Campo Grande

*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

**Análise de Sistemas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de *Software*, Licenciatura em Computação, Segurança de Informação, Rede de Computadores, Sistema de Informação; Sistema para Internet; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

ESTÁGIO DE NÍVEL MÉDIO (ENSINO MÉDIO)		
CÓD.	COMARCA	TOTAL DE VAGAS
1000	Água Clara	CR*
1001	Amambai	CR
1002	Anastácio	CR
1003	Anaurilândia	CR
1004	Angélica	CR
1005	Aparecida do Taboado	CR
1006	Aquidauana	CR
1007	Bandeirantes	CR
1008	Bataguassu	CR
1009	Batayporã	CR
1010	Bela Vista	CR
1011	Bonito	CR
1012	Brasilândia	CR
1013	Caarapó	CR
1014	Camapuã	CR
1015	Cassilândia	CR
1016	Chapadão do Sul	CR
1017	Corumbá	CR
1018	Costa Rica	CR
1019	Coxim	CR
1020	Deodápolis	CR
1021	Dois Irmãos do Buriti	CR
1022	Dourados	CR
1023	Eldorado	CR
1024	Fátima do Sul	CR
1025	Glória de Dourados	CR
1026	Iguatemi	CR
1027	Inocência	CR
1028	Itaporã	CR
1029	Itaquiraí	CR
1030	Ivinhema	CR

1031	Jardim	CR
1032	Maracaju	CR
1033	Miranda	CR
1034	Mundo Novo	CR
1035	Naviraí	CR
1036	Nioaque	CR
1037	Nova Alvorada do Sul	CR
1038	Nova Andradina	CR
1039	Paranaíba	CR
1040	Pedro Gomes	CR
1041	Ponta Porã	CR
1042	Porto Murtinho	CR
1043	Ribas do Rio Pardo	CR
1044	Rio Brilhante	CR
1045	Rio Negro	CR
1046	Rio Verde de Mato Grosso	CR
1047	São Gabriel do Oeste	CR
1048	Sete Quedas	CR
1049	Sidrolândia	CR
1050	Sonora	CR
1051	Terenos	CR
1052	Três Lagoas	CR

* CR – cadastro de reserva.

ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO)			
CÓD.	CURSO	COMARCA	TOTAL DE VAGAS
2000	Administração	Campo Grande	2 + CR*
2001	Administração	Costa Rica	1 + CR
2002	Administração	Dourados	CR
2003	Administração	Miranda	CR
2004	Administração	Ponta Porã	CR
2005	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Campo Grande	CR
2006	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande	CR
2007	Ciência da Computação	Campo Grande	CR
2008	Ciências Contábeis	Aparecida do Taboado	CR
2009	Ciências Contábeis	Campo Grande	CR
2010	Ciências Econômicas	Campo Grande	CR
2011	Comunicação/Jornalismo	Campo Grande	CR
2012	Direito	Água Clara	CR
2013	Direito	Amambai	CR
2014	Direito	Anastácio	CR
2015	Direito	Anaurilândia	CR
2016	Direito	Angélica	CR
2017	Direito	Aparecida do Taboado	CR
2018	Direito	Aquidauana	CR
2019	Direito	Bandeirantes	CR
2020	Direito	Bataguassu	CR
2021	Direito	Batayporã	CR
2022	Direito	Bela Vista	CR

2023	Direito	Bonito	CR
2024	Direito	Brasilândia	CR
2025	Direito	Caarapó	CR
2026	Direito	Camapuã	CR
2027	Direito	Campo Grande	20 + CR
2028	Direito	Cassilândia	CR
2029	Direito	Chapadão do Sul	CR
2030	Direito	Corumbá	2 + CR
2031	Direito	Costa Rica	CR
2032	Direito	Coxim	CR
2033	Direito	Deodápolis	CR
2034	Direito	Dois Irmãos do Buriti	CR
2035	Direito	Dourados	10 + CR
2036	Direito	Eldorado	CR
2037	Direito	Fátima do Sul	CR
2038	Direito	Glória de Dourados	CR
2039	Direito	Iguatemi	CR
2040	Direito	Inocência	CR
2041	Direito	Itaporã	CR
2042	Direito	Itaquiraí	CR
2043	Direito	Ivinhema	CR
2044	Direito/	Jardim	CR
2045	Direito	Maracaju	CR
2046	Direito	Miranda	CR
2047	Direito	Mundo Novo	CR
2048	Direito	Naviraí	CR
2049	Direito	Nioaque	CR
2050	Direito	Nova Alvorada do Sul	CR
2051	Direito	Nova Andradina	CR
2052	Direito	Paranaíba	CR
2053	Direito	Pedro Gomes	CR
2054	Direito	Ponta Porã	1 + CR
2055	Direito	Porto Murtinho	CR
2056	Direito	Ribas do Rio Pardo	CR
2057	Direito	Rio Brilhante	CR
2058	Direito	Rio Negro	CR
2059	Direito	Rio Verde de Mato Grosso	CR
2060	Direito	São Gabriel do Oeste	CR
2061	Direito	Sete Quedas	CR
2062	Direito	Sidrolândia	CR
2063	Direito	Sonora	CR
2064	Direito	Terenos	CR
2065	Direito	Três Lagoas	6 + CR
2066	Engenharia Ambiental ou Sanitária	Campo Grande	CR
2067	Engenharia Civil	Campo Grande	CR
2068	Engenharia da Computação	Campo Grande	CR
2069	Engenharia Elétrica	Campo Grande	1 + CR
2070	Geografia	Campo Grande	CR
2071	Letras	Bonito	CR
2072	Letras	Campo Grande	CR

2073	Publicidade e Propaganda	Campo Grande	CR
2074	Segurança de Informação	Campo Grande	CR
2075	Sistema de Informação	Campo Grande	CR
2076	Sistema para Internet	Campo Grande	CR
2077	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Campo Grande	CR

* CR – cadastro de reserva.

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA			
CÓD	ÁREA	COMARCA	TOTAL DE VAGAS
3000	Administração	Campo Grande	2 + CR*
3002	Área Ambiental**	Campo Grande	CR
3003	Área de Tecnologia da Informação***	Campo Grande	2 + CR
3004	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande	2 + CR
3005	Audiovisual	Campo Grande	CR
3006	Ciências Contábeis	Aparecida do Taboado	CR
3007	Ciências Contábeis	Campo Grande	1 + CR
3008	Comunicação/Jornalismo	Campo Grande	CR
3009	Design Gráfico	Campo Grande	CR
3010	Direito	Água Clara	CR
3011	Direito	Amambai	CR
3012	Direito	Anastácio	CR
3013	Direito	Anaurilândia	CR
3014	Direito	Angélica	CR
3015	Direito	Aparecida do Taboado	CR
3016	Direito	Aquidauana	CR
3017	Direito	Bandeirantes	CR
3018	Direito	Bataguassu	CR
3019	Direito	Batayporã	CR
3020	Direito	Bela Vista	CR
3021	Direito	Bonito	CR
3022	Direito	Brasilândia	CR
3023	Direito	Caarapó	CR
3024	Direito	Camapuã	CR
3025	Direito	Campo Grande	10 + CR
3026	Direito	Cassilândia	CR
3027	Direito	Chapadão do Sul	CR
3028	Direito	Corumbá	1 + CR
3029	Direito	Costa Rica	CR
3030	Direito	Coxim	CR
3031	Direito	Deodápolis	CR
3032	Direito	Dois Irmãos do Buriti	CR
3033	Direito	Dourados	5 + CR
3034	Direito	Eldorado	CR
3035	Direito	Fátima do Sul	CR
3036	Direito	Glória de Dourados	CR
3037	Direito	Iguatemi	CR
3038	Direito	Inocência	CR
3039	Direito	Itaporã	CR
3040	Direito	Itaquiraí	CR
3041	Direito	Ivinhema	CR

3042	Direito	Jardim	CR
3043	Direito	Maracaju	CR
3044	Direito	Miranda	CR
3045	Direito	Mundo Novo	CR
3046	Direito	Naviraí	CR
3047	Direito	Nioaque	CR
3048	Direito	Nova Alvorada do Sul	CR
3049	Direito	Nova Andradina	CR
3050	Direito	Paranaíba	CR
3051	Direito	Pedro Gomes	CR
3052	Direito	Ponta Porã	CR
3053	Direito	Porto Murtinho	CR
3054	Direito	Ribas do Rio Pardo	CR
3055	Direito	Rio Brillhante	CR
3056	Direito	Rio Negro	CR
3057	Direito	Rio Verde de Mato Grosso	CR
3058	Direito	São Gabriel do Oeste	CR
3059	Direito	Sete Quedas	CR
3060	Direito	Sidrolândia	CR
3061	Direito	Sonora	CR
3062	Direito	Terenos	CR
3063	Direito	Três Lagoas	1 + CR
3064	Economia	Campo Grande	1 + CR
3065	Engenharia Civil	Campo Grande	2 + CR
3066	Engenharia Civil com ênfase em Orçamento e Planejamento de Obras	Campo Grande	2 + CR
3067	Engenharia Elétrica	Campo Grande	1 + CR
3068	Estatística	Campo Grande	CR
3069	História	Campo Grande	1 + CR
3070	Publicidade e Propaganda	Campo Grande	1 + CR
3071	Psicologia	Campo Grande	CR
3072	Serviço Social	Campo Grande	CR

* CR – cadastro de reserva.

**Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

***Análise de Sistemas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de *Software*, Licenciatura em Computação, Segurança de Informação, Rede de Computadores, Sistema de Informação; Sistema para Internet; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

ANEXO II DO EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS

CONTEÚDO DA PROVA

ESTÁGIO DE NÍVEL MÉDIO (ENSINO MÉDIO)

LÍNGUA PORTUGUESA

Análise e interpretação textual. Ortografia, acentuação gráfica, crase, hifenização, pontuação e uso dos “porquês”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição).

MATEMÁTICA

Operações com números reais. Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Fracionários. Operações: Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação. Problemas Sobre as Operações: Adição, Subtração, Divisão, Multiplicação. Regra de Três Simples. Equações de Primeiro Grau. Sistema Monetário Brasileiro. Média aritmética simples e ponderada. Sistema de equações do 1º grau. Sistemas de medidas usuais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções básicas de comandos do sistema operacional Windows. Teclas de atalho em sistemas operacionais e aplicativos. Gerenciamento e manipulação de arquivos. Impressão. Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word. Internet e correio eletrônico. Noções de segurança de informações. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).

CONHECIMENTOS GERAIS

Atualidades do Brasil e do mundo: relações internacionais, tecnologia, política, segurança pública, saúde, religião, esportes; Sociedade: cultura, economia, educação, redes sociais, responsabilidade socioambiental e segurança; Aspectos históricos, geográficos, culturais e políticos do Estado de Mato Grosso do Sul.

ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO)

LÍNGUA PORTUGUESA (exceto para os candidatos do curso de Direito)

Análise e interpretação textual. Ortografia, acentuação gráfica, crase, figuras de linguagem, hifenização, pontuação e uso dos “porquês”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição). Sintaxe: termos da oração e período.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (exceto para os candidatos dos cursos de nível superior Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Segurança de Informação, Sistema de Informação, Sistema para Internet, e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas)

Noções básicas de comandos do sistema operacional Windows. Teclas de atalho em sistemas operacionais e aplicativos. Gerenciamento e manipulação de arquivos. Impressão. Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word. Internet e correio eletrônico. Noções de segurança de informações. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).

NOÇÕES DE DIREITO (exceto para os candidatos do curso de Direito)

Constituição Federal: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; funções essenciais à justiça; administração pública. Princípios informadores. Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, do MPMS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DOS CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO)

ADMINISTRAÇÃO

Escolas e teorias da administração: conceitos, fundamentos. Administração e organização: funções da administração – planejamento, organização, direção, controle; áreas de atuação da administração; funções e habilidades do administrador; eficiência, eficácia e efetividade. Recursos humanos: recrutamento e seleção de pessoas, cargos e remuneração, avaliação de desempenho. Motivação. Liderança. Missão, visão e valores. Clima organizacional. Cultura organizacional. Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*). Noções de gestão de projetos.

ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CURSOS DE: ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS / CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO / ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO / SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO / SISTEMA DE INFORMAÇÃO / SISTEMA PARA INTERNET / TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS)

Conceitos básicos de computação. Noções de lógica. Algoritmos e estrutura de dados. Técnicas de programação. Componentes de um computador (*hardware e software*). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistema operacional. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Redes de comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos e manipulação de banco de dados.

ARQUITETURA E URBANISMO

Desenho arquitetônico. Desenho técnico. Noções de conforto ambiental. Noções básicas de estruturas e métodos construtivos. Noções de projeto arquitetônico. Noções de sustentabilidade arquitetônica. Noções sobre redes de infraestrutura urbana. Noções de paisagismo. Noções sobre patrimônio histórico-cultural. História da arquitetura e urbanismo. Introdução a estruturas e métodos construtivos. Conhecimentos gerais em arquitetura e urbanismo; projeto de arquitetura – etapas de projeto.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas, tabelas-verdade, equivalências, diagramas lógicos. Matemática financeira: regra de três simples e composta, porcentagem, juros simples e compostos. Noções de contabilidade: conceito de contabilidade, princípios fundamentais da contabilidade, patrimônio, técnicas contábeis, livros empresariais e fiscais, escrituração contábil, contas, lançamento contábil – despesa, receita e apuração do resultado. Licitação e contratos: noções sobre a nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Noções de economia: conceituação básica; evolução do pensamento econômico. Noções de microeconomia: análise da demanda; análise da oferta; equilíbrio de mercado; estrutura de mercado, concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolística, oligopólio. Noções de macroeconomia: metas da política macroeconômica; fluxo circular da renda – famílias e firmas.

COMUNICAÇÃO/JORNALISMO

Código de Ética do Jornalista Brasileiro. Reportagem. Notícia. Entrevista. Linguagens e técnicas de redação e edição para TV, rádio, internet, revista e jornal. Pauta. Gêneros jornalísticos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e charge. Conceito, rotinas e produtos de uma assessoria de comunicação. Conceitos e características das redes sociais.

DIREITO

Direito Constitucional: A Constituição da República Federativa do Brasil: Preâmbulo. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Funções essenciais à justiça: Ministério Público.

Legislação Institucional: Lei Orgânica do MPMS (Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994), Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, do MPMS.

Direito Penal: Código Penal (parte geral). Aplicação da pena. Do crime. Da Imputabilidade penal. Do concurso de Pessoas. Das espécies de pena.

Direito Processual Penal: Do inquérito policial. Da Ação Penal. Da Prova. Da Prisão. Das medidas cautelares e liberdade provisória. Da denúncia. Noções gerais dos procedimentos comum ordinário, sumário, sumaríssimo e juizados especiais. Dos crimes de competência do Tribunal do Júri. Das Nulidades.

Direito Civil: Direito Civil: Das pessoas. Pessoa natural e pessoa jurídica. Das Associações. Das Fundações. Direitos da Personalidade. Dos fatos jurídicos: do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico. Invalidez dos negócios jurídicos. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos; Lei de Introdução do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/42).

Direito Administrativo: Princípios da Administração Pública. Poderes-deveres da Administração Pública. Administração Pública: Administração Direta e Indireta. Ato Administrativo.

Direito Processual Civil: Normas fundamentais do processo civil. Da aplicação das normas processuais. Da jurisdição e da ação. Dos sujeitos do processo. Dos deveres das partes e de seus procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Dos atos processuais. Dos prazos. Da citação e das intimações. Das nulidades. Do valor da causa. Da tutela provisória. Da tutela de urgência. Da tutela de evidência. Do procedimento comum: da petição inicial, da contestação. Da sentença e da coisa julgada. Dos recursos: das disposições gerais.

ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA

Noções de hidrologia: bacias hidrográficas e ciclo hidrológico. Poluição do solo, do ar e da água. Noções de microbiologia ambiental. Tratamento de água: características físicas, químicas e biológicas das águas; padrões de potabilidade; principais doenças de transmissão fecal-oral associadas à água (transmissão hídrica e relacionada com a higiene); finalidades e principais processos de tratamento de água. Tratamento de esgotos: principais características dos esgotos (físicas, químicas e biológicas); principais parâmetros de qualidade dos esgotos; noções de níveis, processos e sistemas de tratamento de esgotos. Tratamento de resíduos sólidos: caracterização e classificação dos resíduos sólidos; noções de métodos de tratamento e disposição final; Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Legislação ambiental aplicada: Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/1981. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal nº 9.985/2000. Educação Ambiental, Lei Federal nº 9.795/1999. Crimes Ambientais, Lei Federal nº 9.605/1998. Legislação Estadual: Deliberação CECA/MS nº 36, de 27 de junho de 2012.

ENGENHARIA CIVIL

Fundamentos de economia e administração; desenho técnico; topografia; geologia; mecânica dos solos; ciência e tecnologia dos materiais de construção civil; resistência dos materiais; estudos das estruturas isostáticas; eletricidade; ciências do ambiente; hidrologia; fenômenos de transporte; hidráulica; legislação, ética profissional e cidadania.

ENGENHARIA ELÉTRICA

Circuitos e componentes eletrônicos, resistores, capacitores, indutores, diodos, transistores, amplificadores operacionais, técnicas de análise de circuitos, prototipagem, montagem e medição de circuitos analógicos; Eletrônica Digital, representação binária, portas lógicas AND, OR, NOT; carga elétrica, corrente elétrica, tensão elétrica, resistência elétrica, lei de Ohm, Leis de Kirchhoff, análise de circuitos em corrente contínua e corrente alternada, conceitos básicos de manutenção, importância da manutenção na indústria, tipos de manutenção (corretiva, preventiva, preditiva e detectiva); AutoCAD: visão geral do software, interface do usuário, comandos básicos, configurações iniciais; Algoritmos e Linguagem de Programação.

GEOGRAFIA

Ecologia geral. Climatologia. Educação ambiental. Geologia. Cartografia. Geografia do Brasil. Sensoriamento remoto. Topografia. Sistema de informação geográfica. Elaboração de projetos e relatórios técnicos. Geomorfologia. Fotointerpretação. Geografia rural. Geoprocessamento. Pedologia. Saneamento básico e ambiental. Geografia regional. Hidrologia ambiental.

LETRAS

Variedades linguísticas e a variedade padrão da Língua Portuguesa. Texto, fatores de textualidade: informações implícitas e explícitas, coesão e coerência. Tipologia e gêneros discursivos. Estrutura sintática da frase: subordinação e coordenação. Processos argumentativos em textos jurídicos e não jurídicos: tese, antítese e argumentos. Aspectos semânticos. Figuras de linguagem: aspectos discursivos.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Briefing e planejamento: como sistematizar a informação, função do *briefing*, comparação entre um *briefing* e um plano publicitário, noções básicas de planejamento de campanhas publicitárias, comunicação estratégica e tática, ações publicitárias, “4 pés” (produto, preço, praça e promoção) – tarefas da publicidade no *mix* de promoção. Planejamento visual, direção de arte e criação de peças publicitárias. Técnicas de produção gráfica: finalização de arquivos para impressão, processos de impressão e acabamento, uso de cores no produto impresso, papel (qualidade, usos e dimensões). Redação publicitária: classificação de títulos, linguagem e adequação (relação texto e imagem).

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA

LÍNGUA PORTUGUESA (exceto para os candidatos do programa de residência jurídica)

Análise e interpretação textual. Ortografia, acentuação gráfica, crase, hifenização, pontuação, fonologia, figuras de linguagem e uso dos “porquês”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição). Sintaxe: análise sintática. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal.

NOÇÕES DE DIREITO (exceto para os candidatos do programa de residência jurídica)

Constituição Federal: Princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; funções essenciais à justiça; administração pública. Princípios informadores. Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13.12.2022, do MPMS.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (exceto para os candidatos do programa de residência na área de Tecnologia da Informação)**

Noções básicas de comandos do sistema operacional Windows. Teclas de atalho em sistemas operacionais e aplicativos. Gerenciamento e manipulação de arquivos. Impressão. Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word. Internet e correio eletrônico. Noções de segurança de informações. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA

RESIDÊNCIA JURÍDICA – Bacharéis em Direito

Direito Constitucional: Constituição Federal: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; funções essenciais à justiça; administração pública. Princípios informadores.

Direito Penal: Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal (art. 5º, incisos XXXIX a XLVII – Constituição Federal). Código Penal: parte geral – aplicação da lei penal, crime, imputabilidade penal, concurso de pessoas, penas, medidas de segurança, ação penal, extinção da punibilidade; parte especial – crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra os costumes, crimes contra a administração pública.

Direito Processual Penal: Código de Processo Penal. Princípios processuais. Persecução penal. Notícia do crime. Polícia e investigação. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição penal. Competência. Processo. Pressupostos processuais. Relação jurídica processual. Sujeitos processuais. Instrução criminal. Do ônus da prova. Das provas em espécie. Atos ordenatórios e decisórios. Medidas assecuratórias. Processo penal cautelar. Das medidas cautelares em espécies. Procedimentos. Sentença. Coisa julgada. Teoria geral dos recursos.

Direito Civil: Código Civil: parte geral – das pessoas; dos bens e dos fatos jurídicos; Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942); parte especial – do direito de família e do direito das sucessões.

Processo Civil: Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015): Lei processual e interpretação das leis processuais. Princípios informativos do Direito Processual Civil. Jurisdição, ação, exceção e processo. Partes e procuradores. Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. *Amicus curiae*. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. Competência, modificações da competência, incompetência. Juiz: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimento e suspeição. Auxiliares da justiça. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos processuais. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa. Tutela provisória: tutela de urgência e tutela da evidência. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento comum. Petição inicial.

Improcedência liminar do pedido. Audiência de contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas: disposições gerais e provas em espécie. Sentença. Remessa necessária. Coisa julgada. Liquidação de sentença. Recursos: disposições gerais e recursos em espécie. Conciliação, mediação, negociação e formas alternativas de resolução dos litígios.

Legislação especial: Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84). Lei dos Crimes Hediondos (Lei Federal nº 8.072/90). Lei da Prisão Temporária (Lei Federal nº 7.960/89). Lei de Drogas (Lei Federal nº 11.343/06). Lei de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar (Lei Federal nº 11.340/06). Crimes do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/97). Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92). Lei dos Juizados Especiais Estaduais (Lei Federal nº 9.099/95). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90). Lei da Mediação (Lei Federal nº 13.140/ 2015). Lei Orgânica do MPMS (Lei Complementar Estadual nº 72/1994); Resolução nº 53/2022-PGJ, do MPMS.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Fundamentos da Administração. Escolas e teorias da Administração: clássica; humanística; estruturalista; neoclássica; comportamental; sistemática. Princípios e funções da Administração: planejamento; organização; direção; coordenação; controle. Gráficos de organização: tipos, construção e aplicação. A estruturação, a departamentalização, o agrupamento de atividades, as linhas e níveis de autoridade e de subordinação. Formulários: uso, padronização, controle e partes componentes. Áreas da Administração: administração geral; administração de recursos humanos; administração de material, administração financeira, informática, administração de projetos e planejamento estratégico. Código de Ética do Administrador. Noções de Direito Administrativo. Administração pública. Poderes da administração pública. Atos administrativos, controle administrativo, improbidade administrativa. Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei Federal nº 14.133/2021).

RESIDÊNCIA NA ÁREA AMBIENTAL*

Poluição das águas, do solo, sonora e do ar: causas, efeitos e medidas de controle. Microbiologia ambiental. Sistemas de tratamentos avançados de água para abastecimento, efluentes líquidos domésticos e industriais, drenagem urbana, resíduos sólidos e resíduos de serviços de saúde. Zoneamento Ecológico Econômico, Decreto Federal nº 4.297/2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal nº 9.985/2000. Área de preservação permanente e reserva legal, Código Florestal, Lei Federal nº 12.651/2012. Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/1981. Licenciamento ambiental e avaliação de impacto ambiental: conceitos básicos, metodologias de avaliação, identificação dos impactos, programas ambientais, medidas de mitigação e compensatórias. Sistema de Gestão Ambiental Série ISO 14000. Constituição Federal/1988: art. 225. Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Federal nº 12.305/2010. Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433/1997. Educação Ambiental, Lei Federal nº 9.795/1999. Crimes ambientais, Lei Federal nº 9.605/1998. Legislação Estadual: Deliberação CECA/MS nº 36, de 27 de junho de 2012. Resoluções CONAMA nº 237/1997, 305/2002, 306/2004, 358/2005. ABNT NBR nº 10.004/2004.

*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Desenvolvimento de sistemas: metodologias de desenvolvimento. Análise essencial. Análise e projetos orientados a objeto com UML. Emprego de ferramentas CASE. Ciclo do *software*. Reengenharia de sistemas. Gerência de projetos. Projeto de análise de requisitos e estudo de viabilidade de sistemas. Prototipação de sistemas. Plano de testes e qualidade de sistemas. Métricas de *software* e análise de pontos de função. Linguagens de programação: tipos de dados elementares e estruturados. Funções e procedimentos. Estruturas de controle de fluxo. Programação orientada a objetos. Linguagem e ambiente de desenvolvimento plataforma .NET. Linguagens de programação: Visual Basic, VB for Applications, C++, ASP, PHP, Java, Javascript, VBScript. Padrões sintáticos XML e http. Algoritmos e estrutura de dados e objetos. Documentação. Comunicação de dados e arquitetura de redes: serviços de comunicação de dados. Meios de transmissão. Topologias de redes de computadores. Elementos de interconexão de redes de computadores (*hubs*, repetidores, *switches*, roteadores). Protocolos de redes de computadores. Modelo de referência TCP/IP. Protocolos TCP/IP. Endereçamento IP. Protocolos de roteamento RIP e RIP II. Gerenciamento de *sites* WWW (*World Wide Web*). Projeto de redes. Sistemas operacionais: conceitos de sistemas operacionais. Sistemas de arquivos. Serviços de rede em ambiente Windows. Banco de dados: Modelagem conceitual de dados. Projeto lógico de banco de dados. Projeto físico

30

de banco de dados. Segurança em banco de dados. Operações de banco de dados SQL Server. Administração de banco de dados SQL Server. Linguagem de definição e manipulação de dados SQL.

**Análise de Sistemas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de *Software*, Licenciatura em Computação, Segurança de Informação, Rede de Computadores, Sistema de Informação, Sistema para Internet, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Desenho arquitetônico. Desenho técnico. Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU/MS). Conforto ambiental. Estruturas e métodos construtivos. Projeto arquitetônico. Sustentabilidade arquitetônica. Redes de infraestrutura urbana. Paisagismo. Patrimônio histórico-cultural. História da arquitetura e urbanismo. Estruturas e métodos construtivos. Conhecimentos gerais em arquitetura e urbanismo: projeto de arquitetura – etapas de projeto. Quantificação de materiais e orçamento de obra. Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Lei Federal nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano).

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE AUDIOVISUAL

Introdução ao audiovisual: os elementos do cinema; história dos formatos e suportes audiovisuais. Linguagem cinematográfica. Etapas de produção audiovisual. Profissionais na área audiovisual. Impactos da tecnologia digital na área audiovisual. Experimentação da linguagem.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas, tabelas-verdade, equivalências, diagramas lógicos. Matemática financeira: regra de três simples e composta, porcentagem, juros simples e compostos. Noções de contabilidade: conceito de contabilidade, princípios fundamentais da contabilidade, patrimônio, técnicas contábeis, livros empresariais e fiscais, escrituração contábil, contas, lançamento contábil – despesa, receita e apuração do resultado. Licitação e contratos: noções sobre a nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021). Noções de administração financeira e orçamentária – Lei Federal nº 4.320/64: Título IV – Do Exercício Financeiro; Título V – Dos Créditos Adicionais; Título IX – Da Contabilidade, Capítulo I – Das Disposições Gerais, Capítulo II – Da Contabilidade Orçamentária e Financeira, Capítulo IV – Dos Balanços. Lei Federal nº 6.404/76: Capítulo XV – Exercício Social e Demonstrações Financeiras.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO/JORNALISMO

Produção de reportagem para jornalismo diário impresso e eletrônico (pauta, apuração, entrevista, edição); texto jornalístico impresso, digital e mídias móveis; novas estratégias narrativas na mídia digital; jornalismo *on-line*: *blogs*, *sites* e *enhanced magazines*; jornalismo investigativo, reportagem assistida por computador e visualização de dados; jornalismo político; jornalismo esportivo; jornalismo internacional, fluxo de informações e hegemonia informacional; teorias do jornalismo; assessoria de imprensa e gerenciamento de crise.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE DESIGN GRÁFICO

Expressão gestual: fluência e destreza. Estudo da representação de objetos simples. Estudo do gesto e do movimento: água, onda, tempestade, vento etc. Elementos formais da linguagem visual. Expressão do lugar: desenhando o entorno e em frente, compondo em *frames*. Paisagem e seus detalhes. Perspectivas. Edifícios, desenhos na cidade. Retorno aos objetos: iluminação e volume. Corpo, vestes, dobras de tecidos, fantasias. Desenho de detalhes. Fantasia, imaginação. Conceitos fundamentais: obtenção, classificação e reprodução da cor; mistura subtrativa; cores primárias, secundárias e complementares. Nomenclaturas cotidianas e comerciais. Catálogos, escalas. Principais sistemas de notação. Obtenção e reprodução. Materiais. O fenômeno físico: fisiologia da visão. Espectro eletromagnético. Cor-luz. Síntese aditiva. Efeitos da luz. O fenômeno perceptivo: percepção, contrastes, visibilidade. Cor e contexto. Complementaridade e sistemas de harmonia. Simbologia e usos: simbologia da cor entre culturas; semântica. Aplicações em *design*: uso da cor em *design* gráfico, produtos, ambientes, embalagens, vestuário etc. Cor na comunicação. Códigos cromáticos. A cor na segurança.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ECONOMIA

Microeconomia: Teoria da Demanda, elasticidade-preço e renda da demanda. Produção: teoria, funções e custos. Maximização de lucros. Oferta de produtos. Teoria dos Mercados: funções demanda e oferta e equilíbrio do mercado. Oferta, demanda e preços em concorrência perfeita. Oligopólio, monopólio e concorrência imperfeita. Preços mínimos. Macroeconomia: agregados macroeconômicos e cálculo do produto nacional e da renda nacional. Produto real e nominal. Equilíbrio: teoria clássica e teoria keynesiana. Oferta e demanda agregada. Renda nacional de equilíbrio. Multiplicador dos investimentos. Política fiscal. Política monetária: moeda, crédito, taxa de juros, inflação (conceito, distorções e causas). Política anti-inflacionária. Taxa de câmbio e política cambial.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL

Fundamentos de economia e administração; desenho técnico; topografia; geologia; mecânica dos solos; obras de terra; ciência e tecnologia dos materiais de construção civil; impermeabilização e isolamento térmico; resistência dos materiais; estudos das estruturas isostáticas; eletricidade; instalações elétricas prediais; ciências do ambiente; hidrologia; fenômenos de transporte; hidráulica; legislação, ética profissional e cidadania.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ENGENHARIA ELÉTRICA

Circuitos elétricos em regime permanente: bipolos, leis de Kirchhoff, associação de bipolos, fontes de tensão e corrente. Circuitos de corrente contínua: métodos clássicos para resolução de circuitos (nodal e por malha). Circuitos de corrente alternada: valor eficaz, conceito de impedância e admitância, potência complexa, fator de potência. Sistemas trifásicos: relações entre grandeza de fase e de linha, conversão delta-Y e Y-delta, potência em sistema trifásico simétrico e equilibrado (aparente, ativa, reativa), fator de potência. Fundamentos de luminotécnica. Projeto de instalações elétricas prediais em baixa tensão: divisão da instalação em circuitos de iluminação e força, dimensionamento de condutores de circuitos terminais, dimensionamento de eletrodutos, dimensionamento da proteção de circuitos terminais, elaboração do quadro de cargas, dos diagramas unifilar e trifilar; elaboração da lista do material. ABNT NBR 5410:2004. Desenho técnico auxiliado por computador: formato de papel, carimbo, escalas, cotas. AutoCad. NR10.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE ESTATÍSTICA

Noções tabulares: definição. População, amostra e variáveis. Instrumental matemático: critérios de arredondamento numérico, somatório. Séries estatísticas: representação gráfica. Distribuição de frequência: definição, formação e composição. Representações gráficas. Medidas de tendência central: Médias aritméticas para dados simples e agrupados. Moda para dados simples e agrupados. Mediana para dados simples e agrupados. Medidas separatrizes: quartil, decil e percentil.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE HISTÓRIA

Teoria conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Relação entre a sociedade, economia e o meio ambiente, bem como relações de trabalho, em diferentes momentos da história de povos do mundo e do Brasil. Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, na África, no Oriente, na América e no Brasil. Cidadania e Direitos Humanos no mundo e no Brasil. Movimentos populares e estudantis, luta dos povos indígenas; movimento de consciência negra. Globalização: conceituação; antecedentes históricos, globalização em diferentes níveis; blocos econômicos e livre comércio; a política neoliberal e o Estado do Bem-Estar Social. História regional.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Briefing e planejamento: como sistematizar a informação, função do *briefing*, comparação entre um *briefing* e um plano publicitário, noções básicas de planejamento de campanhas publicitárias, comunicação estratégica e tática, ações publicitárias, “4 pês” (produto, preço, praça e promoção) – tarefas da publicidade no *mix* de promoção. Planejamento visual: princípios básicos, divisão harmoniosa do formato para composição, simetria; ponto de atenção, composição dinâmica, proporção, equilíbrio (princípio da balança), movimento, unidade, contraste. Planejamento editorial: ilustração, cores, técnicas de impressão, criação de projeto gráfico e visual de publicação. Direção de arte: finalidades de um leiaute, criação para mídia impressa; elementos estruturais do anúncio impresso, pré-requisitos para a eficiência de um anúncio como peça publicitária. Criação de peças publicitárias, processo criativo, dupla de criação. Técnicas de produção gráfica: finalização de arquivos para impressão, processos de impressão e acabamento, uso de cores no produto impresso, papel (qualidade, usos e dimensões). Redação publicitária: classificação de títulos; linguagem e adequação (relação texto e imagem). Tipologia: concordância, conflito e contraste; categorias de tipos – tipo de fontes;

32

combinando e escolhendo fontes. *Softwares*: Adobe Master Collection C55, C56 (Illustrator; Photoshop; InDesign); Corel Draw (noções básicas).

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE PSICOLOGIA

Bases biológicas do comportamento. Antropologia cultural. Sociologia geral. Introdução à psicologia. Desenvolvimento humano. Psicologia e processos grupais. Psicologia e ética profissional. Teorias de personalidade. Psicologia social. Genética humana e evolução. Análise experimental do comportamento. Análise institucional. Fundamentos e fenômenos da teoria psicodinâmica. Fundamentos e fenômenos da teoria sócio-histórica. Psicologia e saúde. Psicologia e políticas públicas. Psicopatologia geral. Análise do comportamento aplicada. Psicologia e diversidade humana. Psicologia escolar e processos educativos. Psicologia e trabalho.

RESIDÊNCIA NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Fundamentos históricos, teóricos e ético-políticos do serviço social; trabalho e sociabilidade; política social; questão social; ética e serviço social. Código de Ética do Assistente Social e lei que regulamenta a profissão. Gestão social. Instrumentalidade do serviço social. Estratégias e técnicas em serviço social: estudo social, técnicas de entrevistas, elaboração de relatórios, laudos e pareceres sociais. Trabalho em rede e trabalho com famílias. Relações de gênero e étnicas e serviço social. Políticas sociais: saúde, assistência social, previdência, educação e habitação. Direitos sociais: Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Lei Maria da Penha e Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.

ANEXO III DO EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS

REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

REQUERIMENTO			
NOME DO(A) CANDIDATO(A):			
Nº DA INSCRIÇÃO:	DOC. DE IDENTIDADE:	CPF Nº:	TELEFONE:
CANDIDATO(A) À VAGA:		EDITAL Nº: 1/2023-IPSER-MPMS	
LOCAL ESCOLHIDO PARA REALIZAR A PROVA: Nome da cidade em que vai realizar a prova			
Senhor(a) Presidente da Comissão de Processo Seletivo, O(a) candidato(a) acima identificado(a), concorrendo a uma das vagas referentes à função de () estagiário de nível médio / () estagiário de nível superior na área _____ / () residente na área _____, vem requerer a V. Ex. ^a que lhe sejam concedidas condições especiais para realizar a prova escrita, em virtude de:			
1. SER INSCRITO(A) COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA: (identificar abaixo as condições especiais de que necessitará)			
<input type="checkbox"/> Facilidade para acesso ao local de prova, por usar equipamento que impede subir escadas; <input type="checkbox"/> Confeção de prova especial ampliada, por ter deficiência visual (amblíope); <input type="checkbox"/> Ledor de prova com tempo adicional; <input type="checkbox"/> Intérprete de libras, com tempo adicional; <input type="checkbox"/> Tempo adicional; <input type="checkbox"/> Intérprete de libras.			
2. ESTAR AMPARADO(A) PELA LEI FEDERAL Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.			
3. NECESSITAR DE ACOMPANHAMENTO PARA AMAMENTAR SEU BEBÊ:			
Nome completo da pessoa que irá acompanhar o bebê a ser amamentado: _____, nº do RG _____, emitido por _____.			
Observação: O original do documento informado deverá ser apresentado no dia da prova.			
4. ESTAR TEMPORARIAMENTE COM PROBLEMAS GRAVES DE SAÚDE:			
Que o(a) impossibilitam de realizar a prova escrita em condições normais, por estar [] acidentado(a) [] operado(a) [] outros de acordo com atestado anexo, necessitando que lhe sejam disponibilizadas, no local de realização das provas objetiva e discursiva, as seguintes condições: (detalhar)			
Nestes termos, pede deferimento. Nome da cidade, ____ de _____ de 2023. Assinatura do(a) candidato(a)			

ANEXO IV DO EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA O I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MPMS

REQUERIMENTO			
O(a) candidato(a) abaixo identificado(a), tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 3.201, de 18 de abril de 2006, e no Decreto Estadual nº 11.232, de 27 de maio de 2003, alterado pelo Decreto Estadual nº 11.238, de 29 de maio de 2003, bem como nas Leis Estaduais nº 2.887, de 21 de setembro de 2004, e nº 4.827, de 10 de março de 2016, com a redação dada pela Lei Estadual nº 5.129, de 27 de dezembro de 2017, requer que lhe seja concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição no processo seletivo aberto pelo Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, com relação ao preenchimento de vaga referente à função de () estagiário de nível médio / () estagiário de nível superior na área _____ / () residente na área _____.			
1. DADOS PESSOAIS DO(A) CANDIDATO(A)			
Nome:			
Filiação:			
Estado civil:	Data de nascimento:	RG nº:	CPF nº:
Endereço residencial:			
Cidade:	UF:	CEP:	
Telefone residencial:		Quantidade de pessoas que residem com o(a) candidato(a)	
2. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA FAMÍLIA			
NOME	FONTE PAGADORA	PARENTESCO	SALÁRIO MENSAL
Deverão ser identificados todos os membros da família (cônjuge, pai, mãe, avô, avó, tios, irmãos, filhos, netos etc.), incluindo-se o(a) próprio(a) candidato(a), com sua respectiva especificação na coluna "parentesco" (no caso de ser o próprio candidato, deverá preencher a coluna parentesco com o termo "declarante").			
DOCUMENTOS ANEXADOS AO PRESENTE REQUERIMENTO: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Cópia da publicação do ato que o(a) desligou do serviço público; Título de eleitor(a) de cartório de circunscrição eleitoral do Estado; Cópia autenticada de uma conta de cobrança de serviços públicos (luz, água ou telefone); Comprovante de vínculo empregatício que conte 730 (setecentos e trinta) dias ou mais.			
O(a) candidato(a) declara, sob as penas da lei e de perda dos direitos decorrentes da sua inscrição, serem verdadeiras as informações, os dados e os documentos apresentados, prontificando-se a fornecer outros documentos comprobatórios, sempre que solicitados pela Comissão do Processo Seletivo.			
Nome da cidade, ____ de _____ de 2023.		Assinatura do(a) candidato(a)	

ANEXO V DO EDITAL N° 1/2023-IPSER-MPMS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGA PARA NEGROS OU INDÍGENAS

DECLARAÇÃO

Eu, _____ [nome], candidato(a) a uma das vagas referentes à função de [] estagiário de nível médio / [] estagiário de nível superior na área de _____ / [] residente na área de _____, documento de identidade nº _____ órgão expedidor: _____, emitido em _____, CPF nº: _____, inscrição nº _____,

DECLARO estar ciente de que, no ato da inscrição, devo declarar ser negro(a) ou indígena sob pena de não concorrer pela reserva de vagas;

DECLARO estar ciente de que participarei do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os candidatos;

DECLARO ser negro(a) ou indígena, para fim de que me seja assegurado o direito à vaga prevista no item 2 do Capítulo VII do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS;

DECLARO, ainda, estar ciente de que declarar falsamente é crime previsto na lei penal e que por ele responderei, independentemente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Nome da cidade, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO VI DO EDITAL N° 1/2023-IPSER-MPMS

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO EM DIRETORIA DE PARTIDO
POLÍTICO**

DECLARAÇÃO

Eu, _____ [nome], portador(a) do RG n°. _____ e do CPF n° _____, **DECLARO**, para os fins do **Edital n° 1/2023-IPSER-MPMS**, que não exerço função em diretoria de partido político.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nome da cidade, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) candidato(a)

Obs.: A declaração deverá ser entregue no momento da posse do(a) candidato(a).

ANEXO VII DO EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

Estrutura e desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo: para o atendimento da proposta, espera-se que o candidato desenvolva um texto que evidencie domínio do tema exigido, bem como das particularidades de um texto dissertativo, com a articulação de teses e argumentos favoráveis a seu posicionamento sobre o tema, efetivamente convencendo o leitor da validade dessas ideias.

Organização e progressão textual: o candidato deverá desdobrar a temática específica em seu texto, promovendo a correta hierarquização de suas partes, relacionando informações de conhecimento geral com outras mais específicas, dentro de um contexto claro.

Adequação temática: o candidato deverá manter o foco de seu texto no tema proposto, sem desvios ou descaracterização – caso o texto não aborde o tema, ele será desconsiderado, aplicando-se ao candidato nota zero na prova discursiva.

Aspectos de coesão e coerência: o candidato deverá fazer uso adequado de elementos anafóricos e catafóricos, por meio de corretas relações sintático-semânticas dentro do contexto, evidenciando a continuidade e fluidez do texto e sua unidade de sentido.

Emprego da norma culta da língua portuguesa: o candidato deverá evidenciar seu conhecimento do registro formal da língua portuguesa em sua modalidade escrita (norma padrão), evitando-se erros de natureza gramatical de qualquer espécie e efetuando a correta seleção vocabular para expressar as ideias relativas ao tema e ao contexto em que ele se insere.

Vale ressaltar, ainda, que os textos apresentados nas provas discursivas que recorram à repetição e/ou à simples paráfrase de fragmentos constantes nos textos da proposta motivadora serão penalizados na nota final do candidato, de acordo com a proporção dos trechos repetidos em relação à totalidade da redação.

Nos tópicos elencados abaixo, encontra-se a subdivisão em níveis, situados em ordem crescente de valoração (de 0 a 10 pontos), dos elementos considerados para a atribuição da nota à prova discursiva do candidato, obedecido o número de linhas no âmbito dos limites estabelecidos neste Edital.

Ao final de cada tópico, será levado em conta o valor do maior nível atingido, respeitando-se a pontuação máxima de 10,0 pontos por tópico.

TÓPICO 1 – ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

NÍVEIS/CRITÉRIOS

I – Apresentação de exemplar do texto dissertativo-argumentativo inconsistente. Não há sequer organização de parágrafos que evidenciem a sua estrutura **(2,5 pontos)**.

II – Apresentação de exemplar do texto dissertativo-argumentativo precário. Há organização dos parágrafos, mas estes apresentam teor genérico, revelando entendimento mecanicista e superficial de textualidade, ou não contemplam a relação tese-argumentos em seu desenvolvimento **(5,0 pontos)**.

III – Apresentação de exemplar do texto dissertativo-argumentativo razoável. A organização dos parágrafos contempla a relação tese-argumentos, mas de modo equivocado **(7,5 pontos)**.

IV – Apresentação de exemplar do texto dissertativo-argumentativo consistente. A organização dos parágrafos contempla a relação tese-argumentos de modo adequado **(10,0 pontos)**.

TÓPICO 2 – ORGANIZAÇÃO E PROGRESSÃO TEXTUAL

NÍVEIS/CRITÉRIOS

I – Apresentação de informações, fatos e opiniões precariamente relacionados ao tema, incluindo-se citações descontextualizadas e/ou cuja contextualização revela-se inadequada, evidenciando-se desconhecimento efetivo do conjunto de reflexões em que aqueles se inserem **(2,5 pontos)**.

II – Apresentação de informações, fatos e opiniões pertinentes ao tema proposto, mas de forma limitada – apenas reproduzindo argumentos constantes na proposta da prova discursiva –, contraditória ou desarticulada **(5,0 pontos)**.

III – Seleção de informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto, organizados e relacionados de forma pouco consistente em defesa do ponto de vista destacado no texto **(7,5 pontos)**.

IV – Seleção de fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto, organizados consistentemente em defesa do ponto de vista destacado no texto **(10,0 pontos)**.

TÓPICO 3 – ADEQUAÇÃO TEMÁTICA

NÍVEIS/CRITÉRIOS

I – Desenvolvimento superficial do tema, marcado pela ausência de observações que acompanhem sua abordagem **(2,5 pontos)**.

II – Desenvolvimento razoável do tema, a partir de considerações próximas do senso comum **(5,0 pontos)**.

III – Desenvolvimento razoável do tema, com indícios de autoria, ainda que marcado pela presença de argumentos genéricos **(7,5 pontos)**.

IV – Bom desenvolvimento do tema, a partir de um repertório cultural produtivo e de considerações que fogem ao senso comum, apoiando-se em dados pertinentes ao contexto visado **(10,00 pontos)**.

TÓPICO 4 – ASPECTOS DE COESÃO E COERÊNCIA

NÍVEIS/CRITÉRIOS

I – Articulação inconsistente das partes do texto, com ausência de recursos coesivos, prejudicando, de modo significativo, a construção de sua coerência **(2,5 pontos)**.

II – Articulação precária das partes do texto e/ou apresentação de problemas frequentes no emprego dos recursos coesivos, prejudicando a construção de sua coerência **(5,0 pontos)**.

III – Articulação razoável das partes do texto, com problemas eventuais no emprego dos recursos coesivos, e pouco prejuízo para a construção de sua coerência **(7,5 pontos)**.

IV – Articulação adequada das partes do texto, sem equívocos ou com mínimas ocorrências deles na utilização de recursos coesivos, de modo que não há prejuízos à construção de sua coerência **(10,0 pontos)**.

TÓPICO 5 – EMPREGO DA NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA

NÍVEIS/CRITÉRIOS

I – Domínio precário da norma padrão, com graves e frequentes equívocos gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita **(2,5 pontos)**.

II – Domínio razoável da norma padrão, com equívocos gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita, pouco aceitáveis nessa etapa de escolaridade **(5,0 pontos)**.

III – Bom domínio da norma padrão, com pontuais equívocos gramaticais e de convenções da escrita **(7,5 pontos)**.

IV – Muito bom domínio da norma padrão, sem equívocos gramaticais e de convenções da escrita ou com ocorrência mínima destes **(10,0 pontos)**.

ANEXO VIII DO EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS

**CRONOGRAMA DOS EVENTOS PRINCIPAIS DO I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E
RESIDENTES DO MPMS**

DATA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
07/06/2023 a 30/08/2023	Período de inscrição geral
31/08	Último dia para pagamento das inscrições
07 a 16/06/2023	Período de solicitação de isenção de taxa de inscrição
27/06/2023	Publicação do resultado da solicitação de isenção de taxa de inscrição
28 e 31/06	Recurso do resultado da solicitação de isenção de taxa de inscrição
07/07	Publicação dos recursos do resultado da solicitação de isenção de taxa de inscrição
04/09	Publicação da relação dos candidatos com inscrições deferidas
05 e 06/09	Período para recurso das inscrições
11/09	Publicação do resultado dos recursos e homologação dos inscritos
17/09	Convocação Prova Escrita
24/09	Prova escrita
27/09	Gabarito preliminar
28 e 29/09	Período de recurso contra o gabarito preliminar
06/10	Resultado preliminar e resultado da prova discursiva e dos recursos do gabarito
9 e 10/10	Período de recurso contra o resultado preliminar e a prova discursiva
19/10	Resultado dos recursos contra o resultado preliminar e a prova discursiva
19/10	Publicação do resultado e da classificação final

Eventual alteração das datas previstas será previamente comunicada aos candidatos por meio de edital.